

## **Educação ambiental na escola: concepções e práticas dos professores da rede pública de ensino no interior do Piauí**

### **Environmental education at school: conceptions and practices of teachers of the public education network in Piauí**

DOI:10.34117/bjdv7n8-174

Recebimento dos originais: 07/07/2021

Aceitação para publicação: 09/08/2021

#### **Elenice de Abreu Oliveira**

Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Geografia  
Universidade Estadual do Piauí (UESPI), campus Heróis do Jenipapo  
Avenida Santo Antônio s/n, Bairro São Luiz, Campo Maior (PI) – CEP 64280-000  
E-mail: eleniceabreu8@gmail.com

#### **Carla Ledi Korndörfer**

Doutora  
Mestrado Profissional em Ensino de Biologia em Rede Nacional – PROFBIO/UESPI  
Rua João Cabral, 2231, Bairro Pirajá, Teresina (PI) - CEP 64002-150  
E-mail: carlaledi@cpm.uespi.br

#### **Luciano Silva Figueirêdo**

Doutor  
Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura - UESPI  
Rua João Cabral, 2231, Bairro Pirajá, Teresina (PI) - CEP 64002-150  
E-mail: lucianosilva@pcs.uespi.br

#### **Janaina Alvarenga Aragão**

Doutora  
Universidade Estadual do Piauí (UESPI), campus Professor Barros Araújo  
BR-230, 25, Picos, (PI) – CEP 64600-000  
E-mail: janainaalvarenga@pcs.uespi.br

#### **Elvis Gomes Marques Filho**

Especialista  
Universidade Estadual do Piauí (UESPI), campus Professor Barros Araújo  
BR-230, 25, Picos, (PI) – CEP 64600-000  
E-mail: elvisfilho@pcs.uespi.br

### **RESUMO**

A Educação Ambiental (EA) é uma ferramenta indispensável para a transformação da consciência ambiental da sociedade e o corpo docente exerce uma importante função na sua inclusão nas instituições de ensino. Assim, este trabalho teve como objetivo geral caracterizar as concepções sobre Educação Ambiental dos professores e professoras de escolas da rede pública de Educação Básica de Campo Maior-PI. A pesquisa teve caráter descritivo e como instrumento de pesquisa lançou-se mão de entrevista com utilização de formulário semiestruturado. A pesquisa nos permitiu constatar que as concepções dos (as) discentes sobre EA vão de encontro com uma visão predominantemente conservadora.

Conclui-se que ainda tem se um longo caminho a ser percorrido, pois os professores não têm acesso a uma formação continuada, de forma que os educadores trabalham como podem e como sabem essa temática, muitas vezes reproduzindo práticas que foram vivenciadas em seu tempo de escola.

**Palavras-chave:** Formação de Professores, Interdisciplinaridade, Ecopedagogia.

## ABSTRACT

Environmental Education (EE) is an indispensable tool for transforming society's environmental awareness and the faculty plays an important role in its inclusion in educational institutions. Thus, this work had as general objective to characterize the conceptions about Environmental Education of teachers from public schools of Basic Education in Campo Maior-PI. The research had a descriptive character and, as a research instrument, an interview was used using a semi-structured form. The research allowed us to verify that the conceptions of (the) students about EE are in line with a predominantly conservative view. It is concluded that there is still a long way to go, as teachers do not have access to continuing education, so that educators work as they can and as they know this theme, often reproducing practices that were experienced in their time of school.

**Keywords:** Teacher training, Interdisciplinarity, Ecopedagogy.

## 1 INTRODUÇÃO

A crise ambiental se deflagra em resposta à irracionalidade ecológica dos processos de produção e consumo, que marcaram, a partir da década de 60, os limites do crescimento econômico. A partir daí, iniciam-se os debates teóricos e políticos em prol da valorização da natureza e da integração das questões socioambientais ao sistema econômico (LEFF, 2015). No Brasil, a preocupação com a crise ambiental e o discurso da sustentabilidade ganharam forças a partir de 1992 quando ocorreu no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO-92), onde foi elaborada uma agenda mundial (Agenda 21) para regulamentar e fomentar, até o século 21, o desenvolvimento econômico com base nos princípios da sustentabilidade. Na ocasião ocorreu também a I Jornada Internacional de Educação Ambiental cuja abertura foi proferida por Paulo Freire, configurando um marco importante para a identidade da Educação Ambiental brasileira (BRASIL, 2005; LOUREIRO, 2012).

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei Federal nº 9.795/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.281/2002, reconhece a EA, em seu art. 2º, como “um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”. Dentre as linhas de atuação da PNEA, esta a formação de recursos humanos, onde estabelece no art. 8º, parágrafo 2º, inciso I “a incorporação da

dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino” (BRASIL, 1999). A importância da formação complementar de professores e professoras em atividade a fim de atender os princípios e objetivos da PNEA, assim como, a capacitação para o desenvolvimento didático-pedagógico da dimensão socioambiental na atuação escolar e acadêmica esta também assegurada nas “Diretrizes Curriculares Nacionais em Educação Ambiental”, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação na Resolução CNE/CP nº 2 de 15 de junho de 2012.

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) os temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2011) passam a ser chamados de temas contemporâneos, devendo ser incorporados nos currículos e nas propostas pedagógicas, a fim de promover a formação integral do aluno. No documento, há seis macroáreas temáticas (Meio Ambiente, Economia, Saúde, Cidadania e Civismo, Multiculturalismo e Ciência e Tecnologia) englobando quinze temas contemporâneos, são eles: direitos da criança e do adolescente, educação para o trânsito, educação ambiental, educação alimentar e nutricional, processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso, educação em direitos humanos, educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, bem como saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (BRASIL, 2018).

O Conselho Nacional da Educação (CNE), por meio da Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em nível superior de professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNCC-Formação) a qual deve ser implementada em todas as modalidades dos cursos e programas destinados à formação docente e tem como referência a implantação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC), instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2/2017 e CNE/CP nº 4/2018 (BRASIL, 2019).

Para atender a dimensão socioambiental presente nos princípios da Política de Formação de Professores (PFF) (BRASIL, 2019), nos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (BRASIL, 1999), assim como, contemplar os temas contemporâneos proferidos na BNCC, é necessário conhecer o perfil socioeconômico e formativo dos educadores e educadoras que estão na linha de frente deste desafio. É necessário entender se a prática dos (as) professores (as) se articula com

o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e com o contexto sociocultural e histórico dos (as) estudantes, assim como com a BNCC, a fim de criar subsídios para uma formação continuada destes (as) profissionais alinhada as características socioculturais e socioambientais do território (BARBOSA; OLIVEIRA, 2020).

A Educação Ambiental é um campo social composto por uma diversidade de atores que compartilham de uma série de valores e normas comuns, tais atores também divergem em suas concepções ambientais e em suas propostas políticas, pedagógicas e epistemológicas que defendem para abordar as questões ambientais, o que levou a formação de um campo composto por múltiplas correntes político-pedagógicas (LAYRARGUES; LIMA, 2014; REIGOTA, 2016). A partir da década de 90, a EA brasileira inicia um lento e gradual caminho de abandono do perfil inicial predominantemente conservacionista e começa a reconhecer a dimensão social do ambiente. O debate sobre as diferentes vertentes político-pedagógicas seguiu se fortalecendo com uma série de estudos e experiências voltadas para o entendimento da dinâmica e pluralidade desta práxis educativa (SAUVÉ, 2005a; LOUREIRO; TOZONI-REIS, 2016).

Devido à pluralidade das correntes político-pedagógicas de conceber e praticar a EA ao longo destes anos, Layrargues e Lima (2014) resumem a diversidade teórica e prática deste campo social de acordo com as concepções teóricas, políticas e epistemológicas de seus atores em três macro-tendências: conservacionista, pragmática e crítica.

A macrotendência conservadora está centrada apenas na ideia de conservação dos recursos naturais presentes na natureza, tais como os recursos hídricos, a fauna, a flora e a energia e é concretizada através de projetos de EA concentradas nos 3 “R” - reduzir, reutilizar e reciclar. Ela corresponde a ‘pauta verde’ do ambientalismo. A realidade do mundo não é vista em sua totalidade, e sim de forma fragmentada, reduzida. O enfoque apenas numa educação bancária, ou seja, pautada na transmissão de conhecimentos prontos é outra característica marcante dessa macrotendência. A natureza é o foco dessa corrente, não havendo a discussão de questões de ordem política, social e econômica (SAUVÉ, 2005b; SANTOS; TOSCHI, 2015).

A pragmática envolve principalmente as correntes da educação do desenvolvimento e do consumo sustentável, das questões relacionadas aos resíduos sólidos e questões climáticas, e é resultante “do pragmatismo contemporâneo e do ecologismo de mercado que decorrem da hegemonia neoliberal instituída no contexto

brasileiro desde os anos 1990” (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p. 66). Nesta vertente, o meio ambiente é visto como a união dos recursos da natureza em estado de colapso, desprovido de elementos humanos. Além do mais, essa tendência não questiona a realidade social atual e acredita que o agir de maneira individual é uma forma de resolver a crise ambiental no planeta. Ela corresponde a ‘pauta marrom’ do ambientalismo (SANTOS; TOSCHI, 2015).

E a macrotendência crítica, que começou a configurasse no Brasil, nos anos de 1980. Essa corrente é influenciada pela pedagogia de Paulo Freire, por isso é denominada também de Educação Ambiental Transformadora, Emancipatória, Dialógica ou Libertadora. A EA crítica enxerga a crise ambiental existente como uma questão advinda das relações sociais, entre o ser humano e o meio ambiente e faz uma crítica ao sistema capitalista vigente, buscando superar esta hegemonia. Essa abordagem se destaca pelo vínculo dos espaços formais e não-formais de ensino; pela proximidade entre a instituição e à comunidade atendida; pela idealização integral das atividades curriculares e extracurriculares e pelo vínculo das ações cognitivas com as transformações das práticas sociais (LOUREIRO, 2004; 2007; SANTOS; TOSCHI, 2015; LOPES; ABÍLIO, 2021).

Essas três macrotendências apresentam finalidades distintas, mas com características particulares para o campo da Educação Ambiental. Assim, ela tem sido adotada como um elemento capaz de conduzir a um conhecimento concreto, baseando-se nos valores políticos, econômicos, sociais e culturais. Sua aplicação contribui não apenas para o desenvolvimento de indivíduos com pensamentos críticos, mas também com o objetivo de incentivar a participação de grupos sociais que lutem por melhores condições de vida e que sejam comprometidos com o futuro do país.

A institucionalização da EA em nome da preservação do ambiente e da conscientização ecológica reflete uma demanda da sociedade e, conseqüentemente, incube-se às escolas desenvolverem projetos de EA. Sendo assim, a EA já é uma realidade para os (as) professores (as) há muito tempo, e estes estão fazendo, entretanto, na maioria das vezes, como aponta Guimarães (2005), esta ação educativa encontra-se fragilizada em sua prática-pedagógica. Esta fragilidade apresentada pelo autor refere-se a constante contradição entre o discurso e a prática de muitos (as) professores (as) que apesar de externarem o desejo de realizar uma EA articulada com o exercício da cidadania acabam presos (as) a uma “armadilha paradigmática”, ou seja, acabam reproduzindo em suas ações a ideologia hegemônica dominante, firmados (as) em uma prática conservadora

focada no indivíduo, centrada na perspectiva comportamentalista, conteudista e descontextualizada com a realidade socioambiental dos (as) educandos (as).

Apesar da importância da formação e capacitação continuada dos professores e professoras da Educação Básica estar normatizada e amparada em documentos da legislação brasileira, e de que, a Educação Ambiental deve estar presente em todos os níveis do sistema de ensino (BRASIL, 1999; BRASIL, 2018), estudos demonstram que ainda temos um longo caminho a ser percorrido no sentido de qualificar a Educação Ambiental desenvolvida nas escolas a fim atender de forma significativa seus princípios e objetivos (GUIMARÃES, 2005; GOUVÊA, 2006; TOZONI-REIS; CAMPOS, 2014; AMBIVERO; LOPES; LOREIRO, 2015; COSTA et al. 2018).

De acordo com Santos e Carvalho (2015), entender a definição de meio ambiente é de suma importância, uma vez que o ser humano aparece como parte integrante da natureza. O meio ambiente não é espaço desconexo, mas sim um lugar onde o ser humano vive, constrói sua identidade e se relaciona com os demais.

Sendo assim, a caracterização do perfil formativo aliado com as concepções político-epistemológicas que orientam o fazer pedagógico em EA dos (as) professores (as) da rede pública do município de Campo Maior (PI) nos permitiram vislumbrar diferentes concepções e dimensões da complexidade ambiental por eles (as) compartilhadas e, a partir disto, nos fornecer subsídios para o planejamento de propostas educativas que valorizam o fazer pedagógico voltado para a transformação e concepção plena de um mundo ambientalmente sustentável.

O presente estudo partiu da hipótese de que os professores e professoras da rede pública do município de Campo Maior (PI) estão presos a “armadilha paradigmática” de uma Educação Ambiental conservadora voltada para práticas cotidianas não contextualizadas e pouco efetivas como instrumento de formação de sujeitos ecológicos.

Para tanto tivemos como objetivo principal caracterizar as concepções sobre Educação Ambiental dos professores e professoras de escolas da rede pública de Educação Básica de Campo Maior-PI. De forma mais específica, descrever o perfil formativo dos professores e professoras que realizam projetos de Educação Ambiental nas escolas, analisar as características da Educação Ambiental desenvolvida nas disciplinas e verificar a percepção dos professores e professoras sobre a importância e efetividade da Educação Ambiental na escola.

## 2 METODOLOGIA

O trabalho foi realizado no município de Campo Maior, no estado do Piauí. O município apresenta uma população estimada em 46.893 habitantes (IBGE, 2020). O presente estudo ocorreu em cinco escolas públicas de educação básica do município de Campo Maior (PI), pertencente ao território dos carnaubais. O território dos carnaubais é um dos 11 Planos Territoriais do Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba (PLANAP - Projeto CODEVASF/OEA/BRA/02/001), que visa incentivar o desenvolvimento sustentável da bacia do Parnaíba, objetivando o crescimento econômico da região e melhoria da qualidade de vida populacional (BRASIL, 2006).

A cidade possui 27 escolas da rede municipal e 13 da rede estadual, segundo dados da Secretária Municipal de Educação (SEMEC- CAMPO MAIOR) e da 5ª Gerência Regional de Educação (5ª GRE). Destas, 13 escolas da rede municipal e 11 da estadual se encontram na zona urbana. Participaram da pesquisa as escolas da zona urbana cujas direções informaram serem realizadas atividades/projetos de Educação Ambiental, independentemente da disciplina, e que aceitaram participar da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de novembro e dezembro de 2019.

### 2.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

A pesquisa teve caráter descritivo. A pesquisa descritiva, segundo Gil (2008), tem como objetivo principal descrever as características de um determinado público, fenômeno ou estabelecimento, permitindo uma análise do problema de forma abrangente em relação aos aspectos sociais, econômicos e políticos, assim como, determinar as percepções de diferentes grupos sobre o objeto de estudo.

Como instrumento de pesquisa lançou-se mão de entrevista com utilização de formulário semiestruturado. A fim de atender aos objetivos propostos, o formulário apresentou a seguinte estrutura (adaptado de Loureiro; Cossio, 2007): perfil do respondente; tempo e motivação para desenvolver/preparar atividades de educação ambiental; questões sobre as modalidades de educação ambiental e suas características e peculiaridades; percepção sobre ambiente; efetividade das ações e participação dos diferentes atores; principais dificuldades; questões abertas em que o respondente teve a oportunidade de fornecer informações complementares.

## 2.2 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de Análise de Conteúdo segundo Oliveira (2016). A partir da análise das respostas das entrevistas foram construídas unidades de registros que foram organizadas em categorias e subcategorias que constituíram os eixos temáticos para a análise.

## 2.3 ASPECTOS ÉTICOS

A elaboração do projeto, bem como toda a sua execução foi pautada nos princípios éticos da Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466/2012. Foram seguidas todas as orientações éticas previstas, na qual a primeira etapa se deu através do cadastro na Plataforma Brasil, que o submeteu ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). As pesquisadoras assinaram um termo de responsabilidade sobre a confidencialidade e o uso dos dados e os (as) professores (as) que aceitaram participar da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa contou com a participação de sete professores do ensino fundamental e médio, de cinco escolas da rede pública de Campo Maior – PI. Do total de entrevistados, um tem mais de vinte anos de experiência no magistério, quatro professores têm mais de dez anos de atuação e dois até cinco anos de experiência. As disciplinas as quais lecionam são Ciências, Biologia, Geografia, Matemática e Ensino Religioso. A maioria nasceu e reside no município de Campo Maior.

Com base nas respostas dos entrevistados, para a categoria O que é Meio Ambiente foram estabelecidas três subcategorias, são elas: biosfera, lugar onde se vive e recurso. Essas subcategorias fundamentam-se nas categorias ambientais propostas por Sauv e (2005a), a saber: a) Natureza - para apreciar, para respeitar, para preservar; b) Recurso - para gerir, para repartir; c) Problema - para prevenir, para resolver; d) Lugar em que se vive - para conhecer, para aprimorar; e) Biosfera – onde viver junto e a longo prazo; f) Sistema - o conjunto de realidades ambientais com vistas à tomada de decisões justas e críticas; g) Projeto comunitário – em que se empenha ativamente (Quadro 1). Nesta pesquisa, as respostas obtidas não diferem muito de trabalhos realizados anteriormente e destacam o meio ambiente como sendo a “biosfera”, o “lugar onde se vive” e como “recurso” (ver Quadro 1).



Quadro 1: Subcategorias e número de unidades de análises obtidas dos relatos dos (as) professores (as) para as concepções de Meio Ambiente. As unidades de análise representam o número de vezes que a subcategoria apareceu nas respostas dos professores.

<b>Categoria</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Nº de unidades de análise</b>
<b>1. O que é Meio Ambiente?</b>	Biosfera	03
	Lugar onde se vive	04
	Recurso	02

Fonte: autora (2020)

De acordo com o número de unidades de análise obtidas nas respostas dos (as) entrevistados (as) foram estabelecidas duas subcategorias para O que é Educação Ambiental: Conscientizar para os problemas ambientais; Respeitar e cuidar do meio ambiente (ver Quadro 2).

Quadro 2: Subcategorias e número de unidades de análises obtidas dos relatos dos (as) professores (as) para as concepções de Educação Ambiental. As unidades de análise representam o número de vezes que a subcategoria apareceu nas respostas dos professores.

<b>Categoria</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Nº de unidades de análise</b>
<b>2. O que é Educação Ambiental?</b>	Conscientizar para os problemas ambientais	02
	Respeitar e cuidar do meio ambiente	05

Fonte: autora (2020)

Segundo o Quadro 2, verificou-se que a concepção de Educação Ambiental ainda se encontra presa ao ato de preservar e de conservar o meio ambiente, não levando em consideração as questões políticas, econômicas e sociais ligadas à dimensão ambiental. Segundo Reigota (2016), a EA deve considerar a relação existente entre o ser humano e a natureza, seja no âmbito político, econômico e social, tendo em vista a preparação dos cidadãos para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

No que se refere à introdução de questões e elaboração de atividades de Educação Ambiental em sala de aula, três professores responderam que inserem de forma transversal e realizam projetos, dois inserem de forma transversal nas aulas somente e dois docentes realizam projetos de acordo com a demanda, dando ênfase principalmente a datas comemorativas.

Os relatos dos (as) professores (as) para os temas de projetos de Educação Ambiental que usualmente são desenvolvidos na escola foram estabelecidas em oito subcategorias para a categoria Educação Ambiental e a prática pedagógica: Preservação do meio ambiente; Água; Lixo/reciclagem; Horta/arborização/paisagismo; Bingo de

atitudes ambientais; Poluição do ar e queimadas; Datas comemorativas sobre Educação Ambiental e Questão das plantas (ver Quadro 3).

Quadro 3: Subcategorias e número de unidades de análises obtidas dos relatos dos (as) professores (as) para Educação Ambiental e a prática pedagógica. As unidades de análise representam o número de vezes que a subcategoria apareceu nas respostas dos professores.

<b>Categoria</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Nº de unidades de análise</b>
<b>2. Educação Ambiental e a prática pedagógica</b>	Preservação do meio ambiente	04
	Água	04
	Lixo/reciclagem	06
	Horta/arborização/paisagismo	03
	Bingo de atitudes ambientais	01
	Poluição do ar e queimadas	01
	Datas comemorativas sobre Educação Ambiental	01
	Questão das plantas	01

Fonte: autora (2020)

Com relação aos materiais que são utilizados para o preparo das atividades e projetos de EA, a maioria dos entrevistados citaram a internet, seguido pela utilização do livro didático.

Considerando o número de unidades de análise da categoria Problemas ambientais do município, foram estabelecidas cinco subcategorias: Lixo/reciclagem/coleta seletiva; Saneamento básico; Açude da cidade: preservação e turismo; Queimadas: problemas respiratórios e Educação Ambiental na grade curricular (ver Quadro 4).

Quadro 4: Subcategorias e número de unidades de análises obtidas dos relatos dos (as) professores (as) para os problemas ambientais do município. As unidades de análise representam o número de vezes que a subcategoria apareceu nas respostas dos professores.

<b>Categoria</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Nº de unidades de análise</b>
<b>4. Problemas ambientais do município</b>	Lixo/reciclagem/coleta seletiva	05
	Saneamento básico	01
	Açude da cidade: preservação e turismo	02
	Queimadas: problemas respiratórios	02
	Educação Ambiental na grade curricular	01

Fonte: autora (2020)

Com relação às ações pessoais realizadas em casa que estão em consonância com a EA, todos os entrevistados falaram que separam ou reaproveitam o lixo, uma inclusive falou dos 3Rs (reduzir, reutilizar, reciclar), três fazem o consumo consciente de água e três realizam ações relacionadas ao cuidado com as plantas, sendo que uma justificou que recolhe as folhas para produzir adubo para as plantas.

Quando questionados se já leram ou ouviram falar sobre o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), seis professores responderam que já leram ou ouviram falar sobre o programa e apenas um informou que não leu e nem ouviu falar. Todos os discentes demonstraram interesse em realizar cursos e participar de oficinas de capacitação continuada em Educação Ambiental.

A maioria dos entrevistados responderam que as ações e projetos de Educação Ambiental realizados na escola promovem uma mudança de comportamento nos (as) alunos (as) e na comunidade escolar. Apenas dois professores responderam que não, pois segundo eles, projetos são realizados, mas os alunos esquecem depois.

Sobre a realização de projetos de Educação Ambiental desenvolvidos de forma interdisciplinar, a maioria dos (as) docentes afirmaram que desenvolvem e que geralmente envolvem disciplinas como: ciências, geografia, história, português, matemática, artes e teatro.

O quadro 5 que refere-se à pergunta “Na sua opinião, qual a principal dificuldade que os professores e professoras encontram para executar as atividades e projetos de Educação Ambiental na escola?”. De acordo com as respostas delimitou-se quatro subcategorias, são elas: Conscientização; Recursos financeiros; Desinteresse dos alunos e Carga horária da disciplina (ver Quadro 5).

Quadro 5: Subcategorias e número de unidades de análises obtidas dos relatos dos (as) professores (as) para as dificuldades de execução de projetos de Educação Ambiental. As unidades de análise representam o número de vezes que a subcategoria apareceu nas respostas dos professores.

<b>Categoria</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Nº de unidades de análise</b>
<b>5. Dificuldades para execução de projetos de Educação Ambiental</b>	Conscientização	02
	Recursos financeiros	04
	Desinteresse dos alunos	03
	Carga horária da disciplina	01

Fonte: autora (2021)

Em relação à pergunta sobre a Pedagogia Freiriana (Paulo Freire) e sua relação com a Educação Ambiental, quatro participantes responderam que existem uma relação

entre ambos e três professores apresentaram dificuldade para expressar suas ideias a respeito da pergunta, fornecendo respostas evasivas e confusas.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentou dificuldades para ser desenvolvida, especialmente na fase da coleta de dados. De início, era para ser realizada em sete instituições de ensino, contando com a participação de vinte e um professores, no entanto, nem todos (as) professores (as) aceitaram participar do trabalho, pois segundo eles (as) não desenvolviam atividades ou projetos relacionados à Educação Ambiental.

No tocante as ações ou projetos que estão em consonância com a Educação Ambiental desenvolvidos pelos (as) professores (as) nas escolas, verificou-se que suas características vão de encontro com uma visão predominantemente conservadora, de forma que as atividades realizadas restringem-se a práticas pontuais, como o Dia do Meio Ambiente, Dia da Água, projetos sobre reciclagem e assim por diante.

No que se refere a percepção dos professores e professoras sobre a importância e efetividade da Educação Ambiental na escola, observou-se que eles demonstram interesse em desenvolver ações ou trabalhos associados com a temática, as vezes em caráter interdisciplinar e reconhecem a sua importância como ferramenta que auxilia na preparação dos cidadãos para a construção de uma sociedade mais justa e preocupada com as questões ambientais.

O presente estudo aceita a hipótese de que a percepção dos (as) professores (as) sobre Educação Ambiental ainda se encontra “presa” em uma vertente conservadora, clássica e apesar de serem importantes trabalhar Educação Ambiental na escola, ainda possuem uma visão fragmentada sobre o tema. Assim, para haver um rompimento desse padrão, a formação continuada pode ser um importante caminho para desvelar os sentidos de uma prática pedagógica voltada para a formação de sujeitos críticos e atuantes diante dos problemas socioambientais.

## REFERÊNCIAS

AMBIVERO, M. C.; LOPES, A. F.; LOUREIRO, C. F. B. Industrialização e Educação ambiental escolar: um estudo sobre as demandas, práticas e expectativas de professores da rede pública de ensino do município de Três Rios (RJ). *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, v.1, n. 10, p. 241-256, 2015.

BARBOSA, G. S.; OLIVEIRA, C. T. Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular. *Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. Rio Grande*. v. 37, n. 1. Seção especial: XI EDEA - Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental, p. 323-335, jan./abr. 2020.

BRASIL. Governo Federal. Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 9394/96. Brasília: 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 15/02/2021.

BRASIL. Lei 9.795/99, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Publicada em D.O. de 28/04/1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVil\\_03/LEIS/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/LEIS/L9795.htm)>. Acesso em: 21/10/2020.

BRASIL. Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). Educação Ambiental: Por um Brasil Sustentável. ProNEA, Marcos Legais & Normativos. Ministério do Meio Ambiente, 3. ed., Brasília, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>>. Acesso em: 29/10/2020.

BRASIL. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba, PLANAP: síntese executiva: Território dos Carnaubais / Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF. Brasília, DF: TDA Desenhos & Arte Ltda., 2006. 76p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Base Nacional Comum Curricular. Educação é a base. 2018. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_sit\\_e.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf)>. Acesso em: 17/06/2020.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>>. Acesso em: 22/10/2020.

COSTA, R. D. A.; NOBRE, S. B.; FARIAS, M. E.; LOPES, P. T. C. Paradigmas da educação ambiental: análise das percepções e práticas de professores de uma rede pública de ensino. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*. v. 17, n. 1, p. 248-262, 2018.

GIL, A. C. Pesquisa social. In: GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008, p. 26-32.

GOUVÊA, G. R. R. Rumos da formação de professores para a Educação Ambiental. *Educar em revista*, n. 27, p. 163-179, 2006.

GUIMARÃES, M. A formação de Educadores Ambientais. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e Estados. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/campo-maior.html>>. Acesso em: 23/07/2020.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, jan./mar, 2014.

LEFF, E. Epistemologia ambiental. Tradução de Sandra Valenzuela; revisão técnica de Paulo Freire Vieira. – 5. ed. Revista – São Paulo: Cortez, 2002.

LOPES, T. S.; ABÍLIO, F. J. P. Educação Ambiental Crítica: (re) pensar a formação inicial de professores/as. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, v. 16, n. 3, p. 38–58, 2021.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental Transformadora. *In*: LAYRARGUES, P. P. (coord.). *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. - Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 65-84.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. *In*: MELLO, S. S.; TRAJBER, R. (coord.). *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007, p. 65-71.

LOUREIRO, C. F. B. *Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2012. 165 p.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. *Trabalho Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53-71, jan./abr. 2013.

LOUREIRO, C. F. B.; TOZONI-REIS, M. F. C. Teoria social crítica e pedagogia histórico-crítica: contribuições à educação ambiental. *Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. Ed. Especial*, p. 68-82, julho/2016.

OLIVEIRA, M. M. Conhecendo alguns tipos de pesquisa. *In*: OLIVEIRA, M. M. *Como fazer pesquisa qualitativa*. – 7. ed. revista e atualizada – Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p. 64-75.

REIGOTA, M. *O que é educação ambiental*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2016. 109 p.

SANTOS, R. M.; CARVALHO, A. G. B. M. Geografia e Educação ambiental: percepção dos professores sobre o uso da Geografia como ferramenta para a Educação Ambiental

em Birigui – SP. Revista Eletrônica do Curso de Geografia – UFG/REJ, Jataí: GO, n. 25, p. 103-117, jul./dez, 2015.

SANTOS, J. A.; TOSCHI, M. S. Vertentes da educação ambiental: da conservacionista à crítica. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 4, n. 2 (Ed. Especial), p. 241-250, jul./dez, 2015.

SAUVÉ, L. Educação ambiental: possibilidades e limitações. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, 2005a.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. *In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (orgs.). Educação ambiental: pesquisas e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005b, p. 17-45.

SILVA, P. S. Ações efetivas da Educação Ambiental na prática escolar. *In: SEABRA, G. (org.). Educação ambiental no mundo globalizado. – João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2011, p. 113-124.*

TOZONI-REIS, M. F. C.; CAMPOS, L. M. L. Educação ambiental escolar, formação humana e formação de professores: articulações. *Educar em revista*, Curitiba, p. 145-162, 2014.